

## A ORIGEM DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL: OS GÉRMENS DO FRUTO AMARGO DA INTERVENÇÃO MILITAR

*Brazil's Armed Forces Origin: Germs of the Military Intervention's Bitter Fruit*

*Gustavo Gordo de Freitas<sup>1</sup>*

### INTRODUÇÃO

A Unha-de-Gato é uma trepadeira extremamente resistente às intempéries. Ela é capaz de sobreviver a secas intensas e a longos períodos chuvosos. Cresce em todo o tipo de solo, desde os mais férteis e propícios ao desenvolvimento da maioria das plantas, até solos com concentração relativamente alta de sal, onde somente as espécies mais adaptadas e adaptáveis sobrevivem. Ela cresce nos muros das casas lentamente, tomando aos poucos cada centímetro de parede que encontra e, quando não há mais espaço, lança galhos para o alto e passa a criar sua própria sustentação. Conforme se desenvolve, seu caule vai se tornando lenhoso e resistente, sendo difícil transpô-lo mesmo com ferramentas adequadas. Seus frutos se assemelham a figos e, quando cortados, soltam um líquido branco que lembra leite, mas que não fazem o menor interesse mesmo nos pássaros mais bravos. Têm aspecto amargo e perigoso.

A Unha-de-Gato é uma planta que aprendeu a se adaptar a todo o tipo de ambiente para sobreviver. Ela é ao final das contas uma guerreira pela sua própria sobrevivência. Segundo a Teoria da Origem das Espécies, não é o ser que se desenvolve, transmuta e adapta por vontade própria, mas as contingências causadas pelo meio ambiente que o obrigam a se modificar para sobreviver. Tudo o que há no mundo, em princípio, quer sobreviver.

Muito se discute nos últimos anos sobre a atuação das Forças Armadas na sociedade brasileira. Pouco se fala sobre os motivos dessa atuação e sobre como este grupo se desenvolve o suficiente para se tornar um ator na trama política nacional. Pouco se fala sobre as estratégias que teve

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel).  
Email: gustavogordof@gmail.com

que desenvolver para sobreviver às intempéries da sociedade; ao jugo daqueles que tinham o poder para decidir sobre seu destino.

Na busca por conhecer como pode ter ocorrido este processo, o presente ensaio sugere a hipótese de que o Exército tenha se formado como grupo coeso, preponderando então sobre todo o resto das Forças, num movimento de resistência à diminuição social ao longo do século XIX. Traremos aqui o conceito de “ralé” de Arendt (2012) para demonstrar como pode um grupo de pessoas que as forças preponderantes do Estado tentam alijar de participação social, acaba se tornando elemento chave na estrutura política até tomarem totalmente o poder. Não será objeto, do presente estudo, verificar como ocorreu a tomada de poder, mas compreender como o grupo foi tratado nos períodos iniciais de sua formação e permitir aos leitores vislumbrar como este tratamento foi crucial para os eventos futuros.

Para tanto, o presente ensaio será composto de duas seções além introdução e das considerações finais, chamadas de “O Gérmen” e “A Ralé”. Na primeira, faremos a apresentação da relação entre os militares e as elites políticas durante o período monárquico, especialmente entre as décadas de 1830 e 1850. Verificaremos como se deram os imbrólios gerados pelos diversos interesses em jogo no período, relativamente à manutenção e estruturação do Exército baseada principalmente no estudo de Schulz (1994) sobre as relações Civis-Militares entre 1850 e 1894 e subsidiariamente na obra de Fausto (1998) sobre a História do Brasil. Na segunda, será apresentado o desenvolvimento lógico de Arendt (2012) sobre o conceito de “ralé”, que usa para demonstrar os usos e a busca de afastamento da atuação social de determinados setores que não fossem do interesse direto das elites políticas e econômicas. Este conceito nos ajudará a entender como o grupo, inicialmente objeto de tentativa de sufocamento da classe política, acabou se tornando um dos principais atores nas relações sociais brasileiras.

Este não é de maneira alguma um escrito apologético ao Exército. O que se busca aqui é demonstrar somente que os indivíduos e as instituições estão em busca de sobreviver. Eles vão assumir papéis, agir de determinadas maneiras e tomar certas decisões, não como fruto do ego, mas pela sobrevivência. Este não é um estudo para mostrar a instituição em análise como uma vítima, mas para despi-la de sua casca dura e deixar de observar somente seus frutos nitidamente amargos. Buscaremos olhar as raízes ao invés das partes aéreas que vemos mais facilmente e nos levam a julgamentos apriorísticos que nos tiram da razoabilidade.

## O GÉRMEM

Antes de 1850, a estrutura do Exército era frágil e sofria certo estrangulamento. A regência trina estabelecida em 1831, pela deposição de D. Pedro I e a ascensão de seu filho de cinco anos, foi um governo considerado "antimilitar e [que] virtualmente desmantelou o exército" (SCHULZ, 1994, p. 25). Foi implementada legislação que proibia promoções para além de segundo-tenente e que reformava, por desejo ou compulsoriamente, uma série de oficiais com metade do soldo. De qualquer forma, os oficiais da ativa ou reformados não recebiam seus proventos regularmente.

Ocorre que os governos liberais das regências a partir de 1831, assim como boa parte dos políticos da época, acreditavam que os gastos com a defesa nacional eram mau uso do dinheiro público. Para os liberais, a guerra atrapalharia o comércio e dificultaria as relações com outros países. Neste sentido, era preferível não investir em setores de defesa de forma a mostrar para os outros países que o Brasil era tão contrário à guerra que não se interessava mesmo por ter um exército próprio.

Apostaram na construção da Guarda Nacional, um sistema de milícias, que evitaria gastos e, em tese, garantiria a ordem no país. Segundo Fausto (1998), "as reformas do período regencial, entre outros pontos, trataram de [...] criar uma nova forma de organização militar, que reduzisse o papel do Exército [...] [, visto] pelo governo com muita suspeita" (FAUSTO, 1998, p. 162-3). A perspectiva de que os gastos com a defesa nacional deveriam ser reduzidos perdurou em governos liberais até o final do século XIX. Como dito, para esses grupos, a guerra atrapalharia o comércio e colocaria a economia a perder.

A Guarda Nacional consistia, assim, na formação de um grupo armado de confiança "capaz de reduzir tanto os excessos do governo centralizado como as ameaças das classes perigosas" (FAUSTO, 1998, p. 164). Era composta obrigatoriamente por todos os cidadãos com direito a voto entre 21 e 60 anos, o que reduziu de forma drástica a capacidade do Exército de arrematar novos contingentes, visto que quem servisse à Guarda, não precisaria servir ao Exército. O grupo seria "uma forma reorganizada da milícia, comandada por bons liberais" (SCHULZ, 1994, p. 26).

Contudo, em 1837, assumiu o governo um regente conservador, Pedro de Araújo Lima. Este implementou uma lei que trouxe boa quantidade de oficiais reformados de volta à ativa. O retorno do contingente aos seus postos permitiu a manutenção da ordem no país alguns anos mais tarde. A vitória de 1841, sob o comando do Duque de Caxias, em repressão à Revolta da Balaiada, abriu o

espaço necessário para que o Exército mostrasse sua importância no contexto político. Na sequência, reprimiu-se outras revoltas pelo país (revoltas liberais em Minas Gerais e São Paulo, Revolução Farroupilha, Revolução Praieira, por exemplo) o que permitiu assentar ainda mais a legitimidade da organização. A Guarda Nacional se mostrara ineficaz na execução de suas funções, inclusive sendo contrária ao governo em vários momentos. Não era uma instituição nacional, mas uma que protegia os interesses locais (SCHULZ, 1994).

Até esse momento o oficialato poderia ser dividido em uma classe de elite e outra de não-elite em que os oficiais do segundo tipo poderiam passar sua vida inteira presos em postos subalternos, ao passo que os do primeiro tipo viveriam uma ascensão rápida e certa em suas carreiras somente se diferindo por suas relações políticas (SCHULZ, 1994). A esmagadora maioria dos generais tinha origem na elite política nacional. Essas pessoas, em grande parte, haviam estudado em Portugal, tinham acesso a todo o tipo de conforto e faziam parte das estruturas sociais mais elevadas. Isso fazia com que o oficialato estivesse muitíssimo próximo da política civil e que interesses e necessidades pessoais se sobrepusessem aos da corporação ou do país.

Em 1850, foi promulgada uma lei, sob tutela do então Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Melo (oficial do Exército) que estabeleceu uma reestruturação na progressão de carreira dos oficiais do Exército. As promoções passariam a ser feitas por critérios de antiguidade, formação intelectual, tempo de serviço e mérito. Esta nova estrutura permitiu a “abolição do sistema aristocrático que permitia a oficiais bem relacionados atingir altos postos de comando com pouca idade” (SCHULZ, 1994, p. 26). Também, “todos os oficiais da engenharia, Estado-Maior e artilharia deveriam ter concluído curso de nível universitário” (SCHULZ, 1994, p. 27). Após este período, uma quantidade cada vez maior de oficiais tinha nível de instrução adequado, ainda que perdurasse a politicagem.

Esta nova estrutura teve duas consequências principais e diretamente ligadas. Em primeiro lugar, propiciou o surgimento de uma Força que tinha conhecimento técnico. Este fator foi absolutamente indispensável para a formação de um oficialato mais profissionalizado e racional, realmente capaz de executar suas funções. Por segundo, ocorreu uma redução drástica na quantidade de aristocratas nos quadros da Força, o que resultou na diminuição de relações tradicionais e de privilégio que geravam uma série de imbróglios no seio da corporação. Com a profissionalização, ocorre que a política se traslada para o interior do grupo, de modo que os oficiais passaram a depender muito mais das relações internas na corporação do que de suas ligações com grupos externos (SCHULZ, 1994).

A carreira no Exército deixou, assim, de ser interessante para as elites, pois teriam que passar por todas as fases da carreira e ascender por mérito, por melhores que fossem suas ligações políticas. Ao mesmo tempo, com a fundação das faculdades de Direito na primeira metade do século XIX, tornou-se cada vez mais interessante esse tipo de investimento. Por volta de 1850 havia uma quantidade significativa de bacharéis em Direito ocupando os cargos políticos e da administração pública, ao passo que a quantidade de militares nos mesmos espaços diminuiu quase que proporcionalmente (SCHULZ, 1994).

Esta mudança no perfil do oficialato fez com que ocorresse uma reformulação da maneira como a corporação pensava e agia na sociedade. Perspectivas de grandeza e opulência abriram espaço para o sentimento de conexão com a classe média e as origens nobres não somente não eram mais tão relevantes, como não passavam boa imagem. Também, a internalização da hierarquia, que se desvinculara das questões aristocráticas, permitiu o desprendimento desses indivíduos de suas origens sociais. Ao fazê-lo, abarcavam as perspectivas e necessidades do “grupo adotivo”, seja, o Exército.

## A RALÉ

Para Arendt (2012) o imperialismo é o estágio anterior ao totalitarismo e encontrou suporte na exportação dos problemas identificados na Europa para espaços estrangeiros, ou seja, Ásia e África, a fim de manter a estrutura social intacta. O evento mais importante a esse respeito foi a ascensão da burguesia como um grupo capaz de influenciar as decisões do Estado.

No século XIX, era necessário expandir o território para garantir a existência do Estado, pois uma população crescente de pessoas que não correspondiam aos modelos da sociedade europeia ameaçava sua própria existência. Além disso, a expansão da produção de bens apresentou a necessidade de encontrar novas fontes de matérias-primas. Todas essas necessidades eram da burguesia, a dona real dos meios de produção existentes naquela época. Para garantir o crescimento de sua riqueza (seus próprios interesses), o grupo encontrou sua forma de influenciar usando o arcabouço ideológico já estabelecido para justificar ações.

Arendt (2012) afirma que o pensamento hobbesiano influenciou o ideário burguês. Para Hobbes, há uma espécie de impossibilidade natural de manter um corpo político, já que a natureza humana é solitária e privada e não possui real obediência à sociedade e ao Estado. Nesse sentido, Estado e sociedade são reunidos pela violência para escapar dela, mas quando atingem um estado ótimo de ordem e estabilidade, atingem também o ponto de início da decadência.

Mas a preocupação de Hobbes era a manutenção da propriedade e sua acumulação e, nesse sentido, pode-se dizer que existe uma relação direta entre a quantidade de propriedade e a quantidade de poder social e político que se possui. Ao mesmo tempo, como se tem mais propriedade (e poder), precisa-se de ferramentas para mantê-la, caso contrário ela encontra sua própria decadência. A questão é que, à medida que cresce, o sistema passa a criar um grupo de pessoas geralmente alienadas à sociedade dominante. A ralé é uma parcela da população que não se encaixa na sociedade ou no sistema de produção. A competição entre as diferentes classes faz com que os governantes percebam que deve haver um lugar para colocá-la, a fim de evitar seu jogo problemático na sociedade. Essas pessoas, no caso dos países europeus, foram enviadas para as colônias na África e na Ásia.

Lá eles puderam encontrar sua utilidade para as sociedades européias quando começaram a explorar as chamadas “novas terras”. A população, como contrapartida da burguesia e da sociedade burguesa, passou de um problema a uma solução. Arendt (2012) afirma que a burguesia encontra na população um meio de investimento lucrativo e seguro.

O desenvolvimento deste conceito nos permite observar a forma como as elites políticas e econômicas manipulam os elementos indesejados na sociedade em benefício próprio. A questão é que nos primeiros anos do século XX, a mesma ralé acabou ascendendo ao poder e gerando um dos episódios mais nefastos da história humana conhecida. Foi a necessidade de sobreviver dos esquecidos, excluídos e expatriados o cerne, segundo Arendt (2012) para a formação dos grupos que sustentaram o totalitarismo na Europa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da apresentação que se fez no presente estudo, ainda que superficialmente, pode-se pensar como a classe dominante na Europa do século XIX foi capaz de encontrar um uso para a ralé e ao mesmo tempo afastá-la da sociedade em geral. Foi mais ou menos o que aconteceu com o Exército ao longo do mesmo período. Os fatos narrados mostraram o início de uma dinâmica nas relações entre civis e militares que perduraria por pelo menos 100 anos.

Com o desenvolvimento de regras mais rígidas para a progressão de carreira, as classes mais altas passam a se interessar menos ou mesmo rechaçar a Instituição. Antes ela era tomada como uma espécie de casta de guerreiros e dominada pela aristocracia em seus níveis mais altos, o que deixa de ser possível. Ao mesmo tempo, a criação de universidades no Brasil fez com que as classes

superiores passassem aos bancos das faculdades de Direito, o que contribuiu para a subalternização do grupo, bem como para a sua separação mais profunda. É o início de um processo de ensimesmamento que gerou 80 anos depois, nos anos 1930, uma corporação coesa e forte o suficiente para intervir 34 anos mais tarde na sociedade brasileira.

Também, o pensamento liberal corrente no império, sobretudo a partir de 1850, e que se fortalece cada vez mais até o fim do período, influenciou que a classe política buscasse a supressão das FFAA, sendo que não se percebia (e se evitava) os conflitos, que atrapalhavam as relações de comércio e a economia. Embora não entre no escopo deste escrito, é interessante dizer que somente ao longo do período da Guerra do Paraguai houve um aumento do investimento do Estado nos contingentes, seguido de uma queda significativa no orçamento no ano seguinte ao fim do conflito.

Isto mostra, em alguma medida, que as FFAA não somente se formam pouco a pouco da ralé, mas que são interpretadas como a ralé pela classe política no período em análise. O arcabouço político existente à época de sua formação foi um dos elementos que proporcionou coesão ao grupo, ou seja, a resistência aos elementos externos que buscavam suprimir ou reduzir ao máximo, o grupo.

É importante perceber que o uso do termo ralé de Hannah Arendt e as FFAA tem uma utilidade sazonal dentro da sociedade e para as classes dominantes. Este argumento não somente é verificado pelo aumento nos investimentos durante a Guerra, mas na instrumentalização do grupo no Golpe da República e depois ao longo da primeira metade do século XX para que a classe política atingisse seus objetivos. Assim sendo, ainda que a consolidação do Exército como um grupo coeso e bem estruturado só tenha acontecido de fato nos anos 1930, foi no século XIX que ocorreu a semeadura das intervenções militares na sociedade brasileira ao longo do século XX. Os germens da árvore que frutificaram no fruto amargo da Ditadura Militar de 1964, foram lançados quando os poderes civis tentaram suprimir a casta militar por interesses econômicos. Estas ações geraram uma árvore que dificilmente será dominada ou suprimida, tão longas são suas raízes na história deste país.

## REFERÊNCIAS

- ARENDR, H.A. **Origem do Totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SCHULZ, J. **O Exército na Política**: origens da intervenção militar 1850-1894. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.